



ISSN: 2595-1661

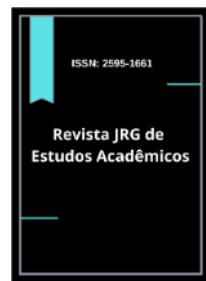
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



A instrumentalização da Avaliação Educacional: uma crítica à lógica do lucro e do ranqueamento no sistema público de ensino

The instrumentalization of educational assessment: a critical examination of profit-oriented logic and ranking practices in the public education system

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2749
 ARK: 57118/JRG.v8i19.2749

Recebido: 27/11/2025 | Aceito: 01/12/2025 | Publicado on-line: 02/12/2025

Antônio Adônnis Sátiro de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0001-7147-8093>
 <http://lattes.cnpq.br/3701750444824795>
Must University - Flórida, USA
E-mail: esp.satiro@gmail.com



Resumo

O trabalho realiza uma análise teórico-crítica sobre a instrumentalização da avaliação educacional em larga escala no sistema público de ensino brasileiro, confrontando sua função pedagógica ideal com a lógica do lucro e do ranqueamento que a subverte. O objetivo central do estudo é criticar a distorção pela qual a avaliação, que deveria ser um instrumento diagnóstico e reorientador da prática, transforma-se em um mecanismo de ranqueamento e geração de dados quantitativos, notas e índices. O estudo aduz que os altos índices de desempenho não se limitam a medir a aprendizagem, mas são instrumentalizados pelas gestões municipais como capital político e econômico para atrair recursos, investimentos e justificar a ‘qualidade’ perante a sociedade, especialmente em função da legislação do ICMS Educacional. O estudo se baseia no contraste entre modelos avaliativos, como a Avaliação Classificatória Somativa, alinhada à lógica de controle e ranqueamento, e a Avaliação Emancipatória ou Pedagógica, que defende uma prática voltada para o processo, o diálogo e a intervenção, conforme as perspectivas de Freire (1992) e Hoffmann (2008). A análise demonstra que a instrumentalização da avaliação é um reflexo direto da penetração da racionalidade neoliberal nas políticas públicas ao reforçar que o modelo classificatório, ao focar obsessivamente no índice, ignora as condições socioeconômicas e culturais dos alunos, neutraliza a capacidade diagnóstica da avaliação e perpetua o ciclo de exclusão e desigualdade educacional, transformando a avaliação em um instrumento de controle externo em que há a aprovação sem aprendizado efetivo.

¹ Possui graduação em Pedagogia e Filosofia - Licenciatura pela UNIMES/SP. Graduação em Ciências Sociais ETEP/SP. Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Infantil; Especialista em Gestão Educacional; Especialista em Ciências Sociais e Educação a Distância. *Master of Science in Emergent Technologies in Education* pela MUST University, Flórida, USA. Mestre em Educação UNICID/SP. Professor Auxiliar do Centro Universitário de Goiás-UNIGOIAS. Professor da Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, GO.



Palavras-chave: Avaliação educacional. Ranqueamento. Alfabetização. Diagnóstico.

Abstract

This study presents a theoretical and critical analysis of the instrumentalization of large-scale educational assessment within the Brazilian public education system , contrasting its ideal pedagogical function with the subverting logic of profit and ranking. The central objective of this research is to critique the distortion whereby assessment, which should serve as a diagnostic tool for informing and reorienting educational practice , is instead transformed into a mechanism for ranking and generating mere quantitative data, scores, and indices. The research posits that high performance indices are not solely used to measure learning but are instrumentalized by municipal administrations as political and economic capital to attract resources, investments, and validate the system's 'quality' to the public , especially under the legislation governing the ICMS Educacional. The study relies on the contrast between assessment models, specifically the Summative Classificatory Assessment, which aligns with a logic of control and ranking , and the Emancipatory or Pedagogical Assessment, which advocates for a practice centered on process, dialogue, and intervention , consistent with the perspectives of Freire (1992) and Hoffmann (2008). The analysis demonstrates that the instrumentalization of assessment is a direct reflection of the penetration of neoliberal rationality into public policies, as it reinforces a classificatory model that, by obsessively focusing on indices, disregards students' socioeconomic and cultural conditions, neutralizes the diagnostic capacity of assessment, and perpetuates the cycle of educational exclusion and inequality, ultimately transforming assessment into an instrument of external control in which approval occurs without effective learning.

Keywords: Educational Assessment. Ranking. Literacy. Diagnosis.

1. Introdução

A avaliação educacional é reconhecida como um componente vital de qualquer sistema de ensino, atuando idealmente como um processo contínuo de coleta de dados que informa e reorienta a prática pedagógica. Desde o final do século XX, e com maior intensidade no cenário brasileiro, observa-se a consolidação das avaliações em larga escala (como o SAEB, por exemplo) como um elemento central das políticas educacionais contemporâneas.

Tais sistemas, inicialmente concebidos para diagnosticar o desempenho do sistema e promover a equidade, ganharam uma dimensão central na gestão pública, atuando como bússola para a definição de metas e a distribuição de recursos.

Nesse contexto, a função primordial da avaliação tem sofrido uma profunda distorção. O que deveria ser um instrumento essencialmente diagnóstico e pedagógico para a melhoria da aprendizagem, transformou-se, paulatinamente, em um mecanismo de *accountability* (prestações de contas) que visa, sobretudo, gerar dados quantitativos, notas e índices. Esta mudança de foco transfere o olhar do processo de ensino-aprendizagem para o produto final, reduzindo a complexidade do ato educativo a uma pontuação padronizada.

A tese central deste trabalho reside na crítica a essa distorção: os dados de alto desempenho (índices positivos) não se limitam a medir a aprendizagem, mas são instrumentalizados pelas prefeituras e gestões municipais como ferramenta para atrair recursos, investimentos ou justificar a 'qualidade' perante a sociedade com base na legislação da distribuição de renda do ICMS Educacional. Esse processo estabelece



um ciclo vicioso e problemático, no qual a escola pública é intensamente pressionada a ‘ensinar para o teste’. Essa pressão, por sua vez, culmina na mercantilização da educação e na negligência do desenvolvimento integral e da formação crítica dos alunos.

É neste ponto que se situa a crítica central desta pesquisa: os dados quantitativos gerados por esses testes (os índices altos) têm sido instrumentalizados pelas prefeituras e cidades para fins que transcendem o pedagógico. Tais números são utilizados como capital político e econômico para atrair recursos, investimentos ou justificar a ‘qualidade’ do sistema de ensino municipal. Essa prática gera uma perigosa corrida pelo *ranking*, onde o sucesso da gestão pública e a reputação da cidade ficam atrelados à performance dos alunos nos exames. Consequentemente, a escola e os professores são submetidos a uma intensa pressão para ‘ensinar para a avaliação’, o que resulta na mercantilização da educação e na negligência do desenvolvimento integral dos alunos.

Diante deste quadro, propõe-se uma análise crítica da instrumentalização da avaliação educacional em larga escala que tem como objetivo discutir como a lógica do lucro e do ranqueamento subverte a função pedagógica da avaliação, promove o estreitamento curricular e contribui para o aprofundamento das desigualdades educacionais.

2. Metodologia

O presente trabalho assume uma natureza teórico-crítica, tendo como objetivo central a análise da instrumentalização da avaliação educacional em larga escala no sistema público de ensino, confrontando a lógica do lucro e do ranqueamento com a sua função pedagógica e emancipatória. A abordagem metodológica primária é a pesquisa bibliográfica, que se concentra no contraste entre modelos avaliativos e na crítica à penetração da racionalidade neoliberal nas políticas educacionais. Com o intuito de embasar e apoiar a abordagem utilizada neste estudo, serão tomadas como base as investigações descritas nos métodos de Gil (2022) e Lakatos e Marconi (2021) para dar rumo às metodologias de pesquisa.

O método de análise empregado para estudo dos objetivos é o dialético-crítico, que confronta a função ideal da avaliação, como um processo contínuo de coleta de dados que informa e reorienta a prática pedagógica com sua função distorcida, que se resume à geração de dados quantitativos para fins do *accountability* e ranqueamento municipal.

A dialética apresentada por Tozoni-Reis (2020), é empregada na busca de evidenciar o objeto de estudo, uma vez que serão abordados o contexto histórico e a descrição da realidade à compreensão de práticas contemporâneas para responder às perguntas de pesquisa.

A fundamentação teórica se estrutura a partir de referenciais que criticam a regulação e o controle com autores que defendem a perspectiva da avaliação como mediação e libertação, como Hoffmann (2008; 2011), Afonso (2005) e Dardot (2016) e a perspectiva da educação emancipatória de Freire (1983) em contraste aos indicadores de qualidade apontados pelo Programa Nacional de Alfabetização e políticas como Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada (CNCA) do Governo Federal.

Para complementar a base teórica, foi realizada uma pesquisa booleana no Google Acadêmico, delimitando o período de 2020 a 2025. Esta pesquisa utilizou perguntas marcadoras estratégicas como: “Avaliação em Larga Escala” and “Instrumentalização”, “Indicadores de Avaliação” and “Rankeamento”, e “Resultados

de Alfabetização" and "Financiamento". Essa busca visou capturar estudos recentes que analisam as consequências da corrida pelos *rankings* e a pressão por metas quantitativas, como as impostas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), identificando como o índice de qualidade se torna um ativo financeiro e político para os municípios.

Em síntese, a metodologia empregada permitiu uma análise aprofundada das causas e consequências da instrumentalização da avaliação, servindo de base para a proposição de um novo paradigma avaliativo pautado na equidade e na emancipação.

3. Avaliação Classificatória, Avaliação Emancipatória e a Exclusão da Avaliação Pedagógica

processo dialógico e formativo, cujo objetivo primário é subsidiar o professor com informações que permitam aprimorar a práxis e a promover a aprendizagem do aluno. Contudo, a hegemonia das políticas de prestação de contas impôs um modelo de avaliação que prioriza o ranqueamento e a classificação, distorcendo seu propósito original.

A Avaliação Classificatória Somativa, trabalhada por Hoffmann (2008), embora legítima em momentos específicos (como certificação ou conclusão de etapas), é marcada pela rigidez e pelo foco no resultado final. Quando transposta para o nível sistêmico e utilizada como métrica de qualidade para fins de financiamento, ela opera uma lógica de seleção e exclusão e isso ocorre porque a Avaliação Classificatória se alinha ao paradigma da domesticação e do controle/rankeamento, ao invés de servir à liberação e à melhoria da prática.

A pressão por índices altos, que geram o lucro e a visibilidade para o Estado e reforça essa visão, transformando o ato de avaliar em um mero ato de mensuração para fins mercadológicos e políticos, pois estar bem-posicionado no *ranking* não só atende as metas da educação, mas gera dividendo aos municípios uma vez que a distribuição dos valores do ICMS Estadual, passam a ser distribuídos com base nos indicadores educacionais.

Em contraste, a Avaliação Emancipatória ou Pedagógica defende uma prática voltada para o processo e para a intervenção. A perspectiva de Paulo Freire, embora não trate diretamente da avaliação escolar, é o fundamento da educação emancipatória. Nesta visão, a avaliação deve ser dialógica, problematizadora para auxiliar o estudante na leitura crítica do mundo, confrontando a lógica da padronização e da dominação.

No campo específico da pedagogia, Hoffmann (2008) propõe a Avaliação Mediadora como um conceito que se opõe diretamente à classificação finalista. Para Hoffmann, a avaliação deve focar no processo, enxergando o erro como pista e o resultado como base para a intervenção pedagógica. Seu trabalho (*Avaliar para Promover*) aprofunda a ideia da avaliação como ato de acompanhamento e promoção do aluno. Essa perspectiva prioriza a avaliação interna e diagnóstica feita pelo professor e se concentra no desenvolvimento integral do estudante, e não apenas no resultado final, pois esses mecanismos não focam no que é essencial como medidas que desenvolvem programas 'do que fazer para melhorar o trabalho docente', como valorização do professor, condições de trabalho dignas etc.

O distanciamento entre o modelo classificatório em larga escala e a Avaliação Pedagógica é evidenciado pela utilização inadequada da avaliação somativa no sistema. Como pontua Haydt (2000), a avaliação do processo ensino-aprendizagem envolve diferenciações cruciais que perpassa por etapas como, diagnóstica, formativa



e somativa, porém ao focar exclusivamente no ‘teste’ em larga escala, o sistema ignora as funções diagnósticas e formativas que são cruciais para a melhoria real dos resultados do ensino.

Em vez de utilizar os resultados para reorientar a prática pedagógica, o foco se mantém na preparação intensiva para a próxima prova, culminando na exclusão da avaliação pedagógica em favor da métrica gerencial, uma vez que estes resultados de desempenho servem para mostrar os números, mas claro, mostrar aos estados e municípios um número cada vez maior de pessoas alfabetizadas, ainda que este número seja resultado de uma força tarefa de uma avaliação treinada, com pouca ou nenhuma prática cotidiana.

3.1 Neoliberalismo, Regulação e Competição

A instrumentalização da avaliação educacional para fins de lucro e ranqueamento não pode ser compreendida isoladamente; ela é um reflexo direto da penetração da racionalidade neoliberal nas políticas públicas, pois neste paradigma, a educação é frequentemente percebida como um subsistema do aparato produtivo, e a avaliação em larga escala se alinha a uma lógica de mercado e competição entre escolas e municípios em que uma escola compete com outra, um município compete com outro.

Afonso (2005) é uma referência central na crítica à avaliação educacional como ‘política de regulação e controle’. De acordo com o autor, a expansão e a centralidade dos sistemas de avaliação em larga escala servem primariamente à regulação dos sistemas de ensino, um processo alinhado à lógica neoliberal de *accountability*. Essa regulação visa a fiscalização e a padronização, exercendo controle sobre o currículo e a prática docente, muitas vezes em detrimento da autonomia e da diversidade pedagógica. Essa regulação se torna preocupante porque intervém imediatamente na prática docente obrigando que este se paute em uma educação que atende os interesses da regulação e não necessariamente da vivência ou da necessidade do estudante, porque não respeita a sua individualidade na aprendizagem.

A lógica da competição é aprofundada pela análise de Dardot e Laval (2016) sobre a racionalidade neoliberal. Sua obra (*A Nova Razão do Mundo*), demonstra como essa racionalidade busca a criação do indivíduo-empresa (*homo economicus*), onde cada sujeito deve gerir a si mesmo em termos de desempenho, eficácia e risco. Quando essa perspectiva é aplicada ao sistema educacional, o ranqueamento e os altos índices de desempenho (IDEs) transformam a escola em um ‘negócio’ e o aluno em um ‘produto’ (o resultado da avaliação).

Nesse cenário, os dados de avaliação tornam-se ativos em um mercado simbólico e financeiro. As prefeituras utilizam esses índices para atrair investimentos e justificar a ‘qualidade’ da gestão, enquanto as escolas competem entre si por reputação e, indiretamente, por recursos.

Essa lógica de mercado e competição impõe que o foco não esteja na formação integral e na emancipação, mas sim na maximização dos resultados que garantam o bom posicionamento no *ranking*, caracterizando a mercantilização da educação, o corolário direto da instrumentalização da avaliação para fins de ranqueamento e lucro é a deformação da prática pedagógica em sala de aula, culminando no fenômeno do estreitamento curricular.

Uma vez que a performance da escola e do município nos índices em larga escala (IDEs) está diretamente ligada à atração de recursos, à visibilidade e à reputação da gestão, o foco pedagógico migra da formação integral do aluno para a preparação intensiva para a prova.



Nos últimos anos este foco exagerado em avaliações padronizadas, que geralmente se restringem às áreas de Língua Portuguesa e Matemática, leva a uma redução drástica do currículo efetivamente ensinado. O tempo escolar e os recursos são desviados para o treinamento exaustivo das habilidades e conteúdos que serão cobrados no exame, sacrificando o aprofundamento de outras áreas do conhecimento, as atividades culturais, as artes, a filosofia e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

O currículo, portanto, deixa de ser um instrumento de desenvolvimento e reflexão crítica, para se tornar um mero repositório de conteúdos a serem memorizados e testados e que inclusive já atinge as áreas da linguagem. Um exemplo claro é o planejamento escolar a partir de ferramentas disponibilizadas pelas redes de ensino, que fala em uma perspectiva enunciativa-discursiva, mas não permite que o professor trabalhe com técnicas reconhecidamente eficazes para o aprendizado, como métodos de leitura convencionais.

O estreitamento curricular não é apenas um problema pedagógico, mas uma manifestação clara da mercantilização da educação. A escola passa a operar sob a lógica da eficiência e produtividade, onde o valor reside no produto (o índice alto), e não no processo formativo.

As pesquisas recentes demonstram que existe uma ligação direta entre as avaliações em larga escala, a lógica privada e a mercantilização da educação (Dutra et al, 2024).

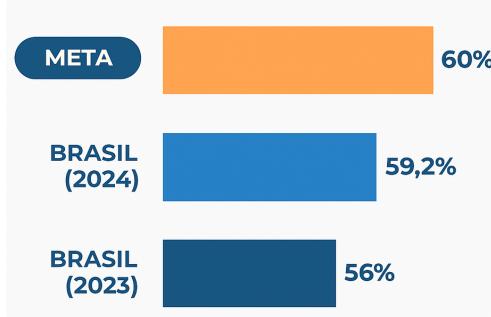
Quando vemos o Ministério da Educação estabelecer o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) com os 26 estados, mais o Distrito Federal com a proposta de que até 2030 mais de 80% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas no fim do 2º ano do ensino fundamental, já é algo que acende um farol, porque o segundo ano já é indicador de consolidação da alfabetização.

Na perspectiva de que a criança não pode ser retida até o terceiro ano, é possível presumir que a qualidade da educação esteja atrelada a estes ciclos e não apenas ao ranqueamento. E como essa cobrança é gradativa, existem metas intermediárias a serem atingidas de 64%, em 2025; 67%, em 2026; 71%, em 2027; 74%, em 2028; e 77%, em 2029².

O Instituto Nacional Anísio Teixeira, divulga que 59,2% estiveram alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental em 2024, e as camadas que podem ser levantadas para justificar esse número são muitas.

Figura 1: Atingimento de meta da educação em 2024

² Dados de Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-07/brasil-atinge-592-de-criancas-alfabetizadas-em-2024>.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da Agência Brasil

A partir desses dados os municípios promovem formação pedagógica para professores, - que não forma, discussões, - que não discutem e livros e mais livros a serem utilizados como se fossem receitas para o sucesso, que não permitem que o estudante aprenda, pois o processo é mais burocrático para justificar os dados que pedagógico para aplicá-los.

O sistema não fornece condições para o professor trabalhar com as crianças a inovação e promover um diferencial que seja competitivo, está sempre com a cobrança em riste, mas o suporte cada vez mais precário e com discursos vazios.

Nesse contexto, apenas o conhecimento mensurável e que contribui para o ranking é considerado ‘válido’ ou ‘de qualidade’. O objetivo educacional é, assim, reduzido à obtenção de resultados que possam ser transformados em indicadores lucrativos ou politicamente vantajosos, afastando-se da proposta de uma educação voltada para a emancipação e a cidadania crítica.

Em suma, a Avaliação Classificatória, impulsionada pela lógica neoliberal e pelo ranqueamento, força o sistema a adotar uma prática de treinamento em detrimento da aprendizagem, reforçando um ciclo onde o que não é medido, é negligenciado, por exemplo a força de trabalho docente e a cobrança que estes passam do lado de cá, na sala de aula para entregar estes resultados.

A lógica da meta e do ranqueamento é ilustrada pela implementação de políticas federais, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído para garantir que 80% das crianças atinjam o patamar de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, com o horizonte de 2030 parece ser bom, mas no piso da sala de aula, se torna uma pressão que mais atrapalha que ajuda. Criança não aprende sob pressão e professor não consegue ensinar se lhe aperta, pois existe uma curva pedagógica que cada criança precisa digerir e nem todas as crianças estão nessa sintonia, e o resultado disso é o aumento da dispersão e a segregação entre níveis de ensino na mesma classe.

Embora a alfabetização seja um pilar inegociável da educação, o estabelecimento de metas quantitativas rígidas e ambiciosas, como o índice de 80%, reforça a instrumentalização da avaliação. Essa política, ao focar intensamente no resultado mensurável em um tempo determinado, impõe uma pressão adicional sobre o profissional do magistério, contribuindo para a sua desvalorização.

O professor, frequentemente sentindo-se infeliz em executar suas tarefas, vê-se diante de uma exigência de resultado sem o devido suporte de ferramentas e condições de trabalho. A falta de investimento na formação contínua, na autonomia pedagógica e na redução da carga burocrática faz com que a meta de 80% se torne um peso, e não um incentivo.

O foco na métrica mascara a necessidade de investimento sistêmico nas condições socioeconômicas e culturais dos alunos, penalizando o profissional pela baixa performance em um sistema que é falho em sua estrutura. A avaliação, nesse



contexto, reforça a ideia de que o fracasso é individual (do aluno/professor) e não sistêmico.

4. Resultados e Discussão

A instrumentalização da avaliação em larga escala em discussão, culmina na "Corrida pelos *Rankings*", um ciclo vicioso onde o índice de desempenho se sobrepõe à finalidade pedagógica. Este mecanismo gera uma pressão intensa sobre as escolas e os professores para que atinjam notas cada vez mais altas, pois o resultado afeta diretamente o repasse de verbas, a reputação da gestão municipal e a visibilidade da cidade, a saber: as divulgações dos índices e a publicização dos resultados a cada divulgação dos resultados.

Nesse contexto, o índice de qualidade educacional se torna um ativo financeiro e político para os municípios. Atingir bons resultados serve como justificação para atrair recursos, investimentos ou justificar a 'qualidade' da administração municipal.

Esta ligação direta entre performance no teste e benefícios externos transforma o ambiente escolar, impondo uma lógica de competição e produtividade que desvirtua a essência da prática educativa, pois o papel do professor é drasticamente alterado, passando de mediador e promotor da aprendizagem a um executor de currículos estreitos e estratégias focadas no exame.

As metas do CNCA intensificam a pressão do ranqueamento, levando a resultados que se polarizam em dois extremos evidentes.

Essa polarização demonstra que o sistema está menos preocupado com a aprendizagem real e formativa, e mais com o desempenho que pode ser transformado em indicador de sucesso político e econômico, perpetuando o ciclo de mercantilização da educação.

Tabela 1: Extremos resultantes das avaliações externas

| Extremo (Aproximação da Meta) | Extremo (Distanciamento da Meta) | Crítica Central |
|--|---|--|
| Altos Índices de Alfabetização (80% ou mais) | Baixos Índices de Alfabetização (abaixo de 80%) | Reforço da Desigualdade e do Estreitamento Curricular |
| Cidades e escolas atingem ou superam o patamar. Isso gera lucro e visibilidade para a gestão, atrai investimentos e garante a manutenção dos recursos. | Cidades e escolas falham em atingir o patamar. Isso gera a penalização das escolas em contextos mais vulneráveis, perda de reputação e risco de redução de verbas, fomentando escolas e premiando outras. | A pressão leva ao estreitamento curricular, onde o foco é apenas no conteúdo avaliado, ignorando-se o desenvolvimento integral do aluno. |
| A avaliação é utilizada para justificar a "qualidade" e o sucesso do modelo gerencial, promovendo a competição entre redes. | A avaliação é usada para responsabilizar individualmente o professor e a escola pelo "fracasso", ignorando as condições externas e a falta de ferramentas. | A métrica ignora as condições socioeconômicas e culturais dos alunos, transformando a avaliação em um mecanismo de exclusão e reforço das desigualdades regionais. |

Fonte: Elaborado pelo autor

4. Considerações Finais



A instrumentalização da avaliação em larga escala, motivada pela lógica do lucro e do ranqueamento, acentua de maneira perversa a exclusão e a desigualdade educacional. Ao focar exclusivamente no índice de desempenho como métrica de sucesso, o modelo ignora as condições socioeconômicas e culturais dos alunos, que são determinantes no processo de aprendizagem e no resultado das provas padronizadas.

Diante desse entendimento, o modelo avaliativo vigente opera sob uma lógica punitiva: escolas em contextos de maior vulnerabilidade, que lidam diariamente com desafios de infraestrutura, precariedade social e carências formativas, tendem a apresentar baixos resultados. Em vez de utilizar esses índices como indicador de necessidades de investimento e apoio, o sistema as penaliza, reforçando a narrativa de fracasso.

Os autores pesquisados defendem a avaliação como prática de investigação e diálogo, em contraposição à rigidez da classificação e com base na pesquisa realizada, percebe-se que o peso da classificação na trajetória do aluno reforça a ideia de que o problema reside na incompetência individual (do aluno ou até mesmo do professor, ainda destacando a escola), e não na falha estrutural do sistema que não fornece as condições adequadas para trabalho e desconsidera o esforço das partes para se destacarem em um *ranking* escolar.

Quando ocorre, portanto, o baixo desempenho esse assim é transformado em responsabilidade individualizada, e não raramente apresentados em sintomas das desigualdades do sistema.

Nessa perspectiva, entende-se que quando o objetivo primário da avaliação se torna gerar um número alto para fins de repasse de verbas ou visibilidade municipal, a capacidade diagnóstica do processo é neutralizada. O sistema aceita a desigualdade de condições de partida e aplica uma régua única, perpetuando o ciclo onde o resultado da avaliação é usado para justificar o *status quo*, ao invés de transformá-lo, pois o foco obsessivo no resultado da prova anula o potencial diagnóstico da avaliação.

De acordo com os autores, a avaliação, em sua função ideal, deve ser um meio para reorientar a prática pedagógica, mas, no modelo instrumentalizado, ela se torna um fim em si mesma. Esse desperdício pedagógico é a evidência final de que a lógica do lucro e da competição transformou a avaliação em um instrumento de controle externo, esvaziando a autonomia do professor e comprometendo a qualidade e a profundidade da aprendizagem.

A presente análise demonstrou que o sistema de avaliação educacional em larga escala, embora teoricamente concebido para a melhoria da qualidade e da equidade, sofreu uma profunda distorção em sua finalidade. A tese central, de que a avaliação foi instrumentalizada para fins de lucro e ranqueamento ensino, foi consistentemente confirmada ao longo das discussões, de modo que a finalidade classificatória fica acima da pedagógica.

Por fim, entende-se que a educação, sob a égide da racionalidade neoliberal, foi reduzida a um aparato produtivo, no qual os resultados dos exames se tornam *commodities* utilizadas pelas prefeituras para atrair recursos e investimentos e justificar a ‘qualidade’ da gestão.

A avaliação educacional em larga escala consolida-se como um pilar central e inquestionável nas políticas públicas contemporâneas, o que deveria ser um instrumento a serviço da aprendizagem transformou-se em um poderoso mecanismo de prestação de contas, cujo principal produto são os dados quantitativos, notas e



índices e tais índices passaram a ser divulgados e ranqueados, criando uma lógica de competição e comparação que desvirtua o propósito educacional.

5. Referências

- AFONSO, Almerindo J. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação: para uma Sociologia das Políticas Educativas Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ALMEIDA, Daniella. **Brasil atinge 59,2% de crianças alfabetizadas em 2024**. Agência Brasil, Brasília, 11 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-07/brasil-atinge-592-de-criancas-alfabetizadas-em-2024>. Acesso em: 19 out. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabrilista-de-acoes-e-programas/compromisso-nacional-crianca-alfabetizada>. Acesso em 20 nov. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Indicador nacional de alfabetização avança e atinge 59,2% em 2024**. Brasília: Governo Federal, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/indicador-alfabetizacao-avanca-e-atinge-59-2-em-2024>. Acesso em: 19 out. 2025.
- CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. **Avaliação na Prática Pedagógica**. São Paulo: Cortez, 1999.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUTRA, K. A. M.; GAMA, G. C. F.; STIEG, R.; SANTOS, W. **Avaliação educacional em larga escala e as competências socioemocionais: Uma revisão integrativa**. SciELO Preprints, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.10460. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/10460>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- ESTEBAN, M. T. **O Que Sabe Quem Erra? Reflexões Sobre Avaliação e Fracasso Escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- HAYDT, R. C. C. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-escola à Universidade**. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.



HOFFMANN, J. **Avaliar para Promover: As Setas do Caminho.** 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gil, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 7^a Ed. - São Paulo. Atlas, 2022.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 9^a ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

Tozoni-Reis, M.F.C. **O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em Educação.** Revista Simbio-Logias. v12, n.17. Ano 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialeitico.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.